

O Debate Sobre A Crise Brasileira: Avaliação Crítica Das Abordagens Ortodoxas E Heterodoxas No Governo Dilma

João Bosco Mousinho Reis¹, Alexsandro Sousa Brito²,
Vanessa Ragone Azevedo³, Alessandra Juliana Caumo⁴, Selma Sousa Pires⁵

¹(Departamento De Direito E Economia, Universidade Estadual Do Maranhão, Brasil)

²(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

³(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

⁴(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

⁵(Departamento De Economia, Universidade Federal Do Maranhão, Brasil)

Resumo:

A crise econômica durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) representou um marco de intensas disputas teóricas no campo da economia política, levantando questionamentos sobre a eficácia das políticas adotadas para mitigar seus efeitos. Este artigo investiga as divergências entre as perspectivas ortodoxa, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista, buscando responder à questão: quais fatores estruturais e conjunturais seguintes desenvolvidos para o fracasso das políticas econômicas inovadoras nesse período? O objetivo geral é avaliar criticamente as interpretações dessas vertentes sobre a crise econômica brasileira. Os objetivos específicos incluem: (i) analisar as causas e consequências das políticas fiscais, monetárias e industriais do período; (ii) avaliar o papel do Estado no desenvolvimento econômico segundo cada abordagem; e (iii) identificar as lições aprendidas para a formulação de políticas em contextos de crise. O estudo conclui que a falta de convergência entre as estratégias macroeconômicas e as interrupções fiscais foram centrais para o agravamento da recessão, oferecendo uma síntese que contribui para o debate sobre a formulação de políticas econômicas em países emergentes.

Palavras-chave: Crise Econômica, Políticas Públicas, Desenvolvimentismo, Economia Brasileira

Date of Submission: 25-11-2024

Date of Acceptance: 05-12-2024

I. Introdução

A crise econômica que assolou o Brasil durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) trouxe à tona profundas divergências no campo da economia política. A queda do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento do desemprego, a inflação persistente e o descontrole fiscal marcaram o período, gerando intensos debates sobre as causas e os caminhos para a recuperação econômica. Nesse cenário, três correntes teóricas emergiram como principais vozes no debate: a perspectiva ortodoxa, o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo, cada uma oferecendo diagnósticos e soluções distintas para a crise.

O problema de pesquisa que este artigo busca responder é: quais foram os fatores estruturais e conjunturais que se desenvolveram para o fracasso das políticas econômicas adotadas no governo Dilma Rousseff, segundo as diferentes correntes teóricas? A partir dessa questão, o objetivo geral do estudo é avaliar criticamente as interpretações ortodoxa, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista sobre a crise econômica brasileira nesse período.

Para atingir esse objetivo geral, o artigo se propõe a atender aos seguintes objetivos específicos: (i) analisar as causas e consequências das políticas fiscais, monetárias e industriais inovadoras durante o governo Dilma Rousseff; (ii) avaliar o papel do Estado no desenvolvimento econômico de acordo com as três correntes teóricas; e (iii) identificar as principais lições que podem ser extraídas das diferentes interpretações para a formulação de políticas públicas em contextos de crise econômica.

Dessa forma, o estudo busca não apenas compreender as razões que levaram ao agravamento da recessão de 2014-2016, mas também contribuir para o debate sobre políticas econômicas em países emergentes, oferecendo uma análise crítica das estratégias adotadas e suas limitações à luz das diferentes abordagens teóricas.

Neste estudo, serão apresentadas as interpretações das divergentes visões acerca da crise econômica do governo Dilma Rousseff. Para tanto, foram selecionados, entre os seus integrantes, os autores que representam as ideias centrais de cada corrente de pensamento. Nesse intento, para a abordagem ortodoxa serão expostas as perspectivas dos liberais Samuel Pessôa, Marcos Lisboa, Barbosa Filho, Mario Mesquita e Fabio Giambiagi.

A corrente Novo-desenvolvimentismo será representada pelos trabalhos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Curado e José Luis Oreiro. Quanto a perspectiva Social-desenvolvimentista, tem-se os trabalhos de André Singer, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Ricardo Carneiro e Pedro Rossi. Ao final de cada discussão será proposta uma síntese com as principais conclusões dos autores de cada corrente.

II. A Perspectiva Ortodoxa

Na presente seção, serão apresentadas as interpretações dos autores alinhados a ortodoxia para a crise econômica do governo Dilma Rousseff.

De início, convém evocar as divergências citadas entre a ortodoxia e a heterodoxia no que tange as condições necessárias para o desenvolvimento econômico tanto no que se refere ao papel do Estado na economia, perpassando pela importância dos diversos setores na dinâmica da produção econômica e incluindo as recomendações acerca da condução da política econômica. Uma vez que o governo Dilma Rousseff buscou dinamizar a economia brasileira através do PBM, com participação da política industrial, convém inicialmente lembrar que para a ortodoxia, o setor industrial não possui atributo especial capaz de alavancar o desempenho da economia do país como sugerido pela visão novo-desenvolvimentista.

Neste ponto, os ortodoxos¹ discordam do novo-desenvolvimentismo em dois pontos centrais. Primeiro, de acordo com essa linha¹, não há evidência, na literatura sobre o tema, de que o setor industrial tenha algum tipo de atributo especial capaz de alavancar o processo de desenvolvimento econômico em comparação aos demais setores. Para eles, não há evidências microeconômicas consistentes que comprovem a existência de externalidades (positivas) produtivas associadas à indústria de transformação como pregado pelo novo-desenvolvimentismo. Contudo, isso não significa que a indústria de transformação não tenha importância, mas apenas que este setor possui a mesma relevância dos demais setores da economia¹. Adicionalmente, existe espaço para políticas de desenvolvimento industrial, desde que direcionadas a atividades ligadas à inovação, por serem capazes de geração de externalidades positivas¹.

Neste contexto, quando comparado aos setores de serviços em geral e à agropecuária, a indústria de transformação é o setor mais tributado e o setor que mais sofre, em função de suas longas cadeias de produção e com o elevadíssimo custo de conformidade da legislação tributária¹.

Segundo ponto, ainda que houvesse participação especial do setor para o desenvolvimento econômico, a intervenção do governo na economia, através da política cambial por exemplo, teria impacto irrelevante e seria de difícil implantação no caso brasileiro. Isso porque, as evidências empíricas disponíveis na literatura indicam que intervenção no câmbio podem apresentar pequenos impactos sobre a crescimento da indústria de transformação. A estrutura produtiva depende essencialmente da combinação de fatores, da qualidade da educação e da força de trabalho¹.

Sendo fiel aos moldes do pensamento liberal, a política industrial é um erro ou ao menos desnecessário². A política implementada pelo PT, baseada nas desonerações setoriais, medidas protecionistas e intervenção estatal não era a resposta para que a economia brasileira alcançasse o seu potencial de crescimento². Em algum momento, o PT teria que enfrentar os entraves estruturais que impedem o país de crescer: educação deficiente, excesso de burocracia, carga tributária elevada, complexa e infraestrutura aos pedaços². A já comentada queda do setor industrial no crescimento econômico, consiste em uma tendência global e natural que não acomete apenas ao Brasil².

Ao analisar o desempenho da atividade econômica, a desaceleração da atividade econômica observada de 2011 até meados de 2014, excluindo-se a elevação de 2,0% para 2,8% do PIB no segundo semestre de 2013, não foi ocasionada por insuficiência de demanda agregada, pois no período cresceu além da capacidade da economia e veio a declinar somente a partir do segundo semestre de 2014, como já observado². A combinação de desaceleração econômica e pressão inflacionária ocorridas no período sugerem que a primeira foi resultado da perda de eficiência econômica, caracterizada pela redução da produção dado a mesma quantidade de insumos o que, a longo prazo, reduz o potencial de crescimento da economia². A perda da eficiência econômica foi resultante da política econômica contida na Nova Matriz Econômica².

Os erros cometidos na implementação da NME não apenas explicam parcelas significativas da desaceleração econômica, mas é central para a piora da situação fiscal, déficit externo e pressão inflacionária, as quais juntas pesaram sobre a economia brasileira a partir de 2014².

Entre os erros da NME, destacam-se: (i) alteração no regime de câmbio flutuante para fortemente administrado; (ii) maior tolerância com a inflação; (iii) direcionamento da política de desoneração tributária alguns setores ou bens, em vez de estendê-lo de forma mais equitativa a todos os setores produtivos; (iv) adoção de forma recorrente de artifício para manter a meta de superávit primário, o que contribuiu para a perda de transparência fiscal; (v) controle de preços para conter a inflação, a exemplo do controle de preços dos combustíveis, do transporte público e do setor elétrico; (vi) aumento do papel do Estado e da Petrobras no setor de petróleo; (vii) uso dos bancos públicos de forma contraproducente para reduzir o *spread* bancário e intervenção desastrosa no setor elétrico para baixar as tarifas e antecipar as renovações das concessões².

Quanto a política industrial, a adoção da agenda desenvolvimentista não foi resultado de pressões da sociedade, mas sim, derivou-se das ideias e da ideologia de inúmeros economistas e intelectuais ligados ao PT². Como resultado, a adoção da política industrial foi acompanhada de um excesso de discricionariedade e intervencionismo do Estado, gerando a desorganização dos setores elétrico, de petróleo e gás, açúcar e álcool e setor automobilístico.

Soma-se aos erros da NME, o esgotamento do contrato social da redemocratização expresso na Constituição de 1988 e nos pleitos eleitorais que se seguiram, refletindo o desejo da sociedade brasileira em construir no Brasil um Estado de Bem-Estar Social aos moldes europeus². Neste ponto, faz-se alusão a fortíssima elevação do gasto público não financeiro da União ocorrido de 1991-2014 recorrente em todos os governos pós-Constituição, mostrando que a redistribuição de renda e segurança é um desejo legítimo da sociedade e não é um resultado da agenda de um ou outro partido².

No âmbito fiscal, entre 2001 e 2011, a receita do país experimentou uma situação excepcional marcada pela elevação da carga tributária de maneira contínua permitindo o crescimento da receita com impostos em patamares acima do crescimento do PIB ao longo de 11 anos. Isso ocorreu em função do longo e contínuo processo da formalização da economia, associado ao *boom* das *comodities*, o que permitiu forte crescimento da arrecadação com as importações². O ponto de inflexão ocorreu a partir de 2012, quando a dinâmica da receita se normalizou e a receita passou a crescer no mesmo ritmo do PIB².

Logo, uma vez restabelecido o comportamento normal da receita, esta não fora suficiente para absorver a queda da atividade econômica e a manutenção do Contrato Social, que em conjunto com os desequilíbrios da NME, foram suficientes para colocar o país na situação de risco fiscal a partir de 2015².

Ademais, a tese dos economistas heterodoxos brasileiros que declaram o gasto público sempre como eficaz para induzir o crescimento, caso a economia se encontre em recessão³. Argumentam que para a ortodoxia, também chamada de economia tradicional, essa premissa depende da conjuntura econômica vigente. Em alguns casos, a expansão pode auxiliar a retomada do crescimento e, em outros casos, pode ser contraproducente, exigindo que cada caso seja analisado mediante a análise dos dados disponíveis na época em questão³. Nestes termos, as análises baseadas nos dados da economia brasileira entre 2009 e 2015 indicam que a expansão do gasto público contribuiu para grave crise econômica ocorrida no período³. Adicionalmente, a expansão dos subsídios não resultou em aumento do investimento e colaborou para a grave crise fiscal observada.

Em contraposição a visão heterodoxa de que a recessão do biênio 2015-2016 fora fruto do ajuste fiscal, sendo necessário para que essa tese seja correta, o multiplicador keynesiano vigente em 2015 deveria ser próximo a 5 e com efeito instantâneo³. Porém, as evidências empíricas demonstraram que a deterioração fiscal ocorrida a partir de 2010 reduziu progressivamente o multiplicador podendo ser nulo ou mesmo negativo a partir de 2014.

Outra avaliação é de que a recessão econômica, que se abateu sobre a economia brasileira a partir do segundo trimestre de 2014, foi causada por um conjunto de cheques de oferta e de demanda ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente durante a vigência da Nova Matriz Econômica⁴. O choque de oferta foi ocasionado pelas políticas de cunho fiscal, monetário e cambial contidas na NME, reduzindo a produtividade da economia brasileira e impactando negativamente o produto potencial. Sendo o choque de demanda dividido três grupos⁴: (i) esgotamento da Nova Matriz Econômica a partir do final de 2014; (ii) o choque de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015; (iii) correção do populismo tarifário que exigiu a adoção de uma política fiscal contracionista para reestabelecer o controle da inflação após a perda de credibilidade do Banco Central.

A NME caracterizou-se por uma política fiscal expansionista, pelo abandono do Banco Central do protocolo do regime de metas de inflação, fixando taxas de juros baixas incompatíveis com a meta de inflação, expansão do crédito pelos bancos estatais, intervenção sistemática no mercado de câmbio abandonando o sistema de câmbio flexível⁴.

A política de estímulos governamentais por meio de expansão dos empréstimos do BNDES, concessão de subsídios e proteção aos setores entendidos como “estratégicos” segundo o Plano Brasil Maior, somados ao uso da Petrobras como instrumento de política de desenvolvimento à indústria petrolífera de máquinas e equipamentos de origem nacional para a exploração e produção de Pré-sal, contribuíram para a elevação do investimento com aumento de participação da conta capital no PIB entre 2010-2014, ainda que às custas do “[...] uso de recursos públicos de forma exagerada”⁵.

Porém, a elevação do investimento não foi acompanhada de crescimento econômico, mas sim, pela redução da Produtividade Total dos Fatores produtivos (PTF) no período de 2010-2014, reduzindo o produto potencial da economia brasileira, que aumentou apenas 0,5% no período⁵.

Quanto a política fiscal, o diagnóstico parte de que a intervenção governamental e os estímulos fiscais são as origens da deterioração das contas públicas. Neste marco, aponta que a combinação de déficit primário crescente com a dívida pública em trajetória explosiva, gerados pela NME, elevou de sobremaneira o Risco Brasil, implicando na elevação da taxa de juros de equilíbrio do país a partir de 2015⁵. Por efeito, a disparada do

Risco Brasil, em 2015, impactou severamente os componentes consumo e investimento do país que demonstraram forte contração nos anos 2015-2016. Sendo assim, a forte queda desses dois componentes parece estar relacionada à crise de sustentabilidade da dívida pública, elevando os juros e a incerteza⁵.

Por fim, o aprofundamento da crise em 2015 e 2016 não fora fruto do ajuste fiscal promovido na gestão de Joaquim Levy, a frete do Ministério da Fazenda, como sugerido por um “um grupo de economistas”^{3, 5}. Para suportar a hipótese torna-se necessário que a queda de -3,8% do PIB seja integralmente explicado pela tentativa de ajuste fiscal que reduziu o gasto público em 1,1% do PIB é necessário que um multiplicador Keynesiano muito maior do que estimado pela literatura que, a época, encontrava-se na faixa entre 0 e 1⁵. Nestes termos, conclui que o ajuste fiscal promovido em 2015 não contribuiu de forma relevante para a recessão de 201-2016 dado a sua baixa intensidade e duração⁵.

Embora a política macroeconômica do governo Dilma Rousseff, ainda que jamais tenha abandonado formalmente o tripé macroeconômico, apresentou desvios ao longo do tempo no que tange tanto os objetivos de curto prazo quanto no uso dos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial⁶.

Para o economista-chefe do Itaú Unibanco Mario Mesquita a política macroeconômica do governo Dilma Rousseff foi marcada por uma tendência de hiper-ativismo econômico ensejado tanto pelas incertezas no mercado internacional, no âmbito da crise de 2008, quanto pelo estilo gerencial da presidente. Neste contexto, as constantes mudanças da política econômica, sem a devida observância por parte das autoridades, aos efeitos deletérios de tais alternâncias sobre o grau de incerteza e o ambiente de negócios dominantes na economia chamam a atenção⁶. A presidente nutria um certo “ceticismo em relação ao mercado” apresentando preferência pela intervenção estatal na economia o que se estabeleceu como uma linha dominante na política econômica de seu governo⁶.

Para a primeira fase do governo Dilma, teve aspecto de continuidade, com poucas mudanças, em relação ao governo anterior sendo que a partir de agosto de 2011 houve uma inflexão da política monetária, que passou a ser mais relaxada, correspondendo a um duplo marco inédito nas decisões do Comitê de Política Monetária desde a sua criação⁶. Primeiro pela mudança de direção entre duas reuniões consecutivas e, segundo porque as condições iniciais eram incondizente com a medidas pois a inflação corrente estava distante da meta. Como resultado, tal medida contribuiu para perda de credibilidade do Banco Central⁶.

Quanto a política fiscal, esta se tornou mais expansiva com o gasto primário saltando de 16% do PIB em 2008 para 19% do PIB em 2013⁶. O crescimento fraco da economia e o “ambicioso” programa de desoneração fiscal minou a capacidade de arrecadação do governo levando-o a valer-se de receitas atípicas e operações contábeis para alcançar as metas já reduzidas de superávits primário⁶.

Ao analisar as causas da crise econômica, a desaceleração da economia brasileira em 2012 era algo esperado, haja visto o grau de sensibilidade das economias da América Latina em relação ao um conjunto de fatores como o ambiente internacional, ao crescimento econômico mundial e a economia chinesa, que a época, não era favorável ao Brasil⁶.

Contudo, a desaceleração esperada seria de 1%, mas se converteu em uma crise econômica profunda gestada por vários erros de política econômica, em especial, com a intervenção no setor de energia somados a uma série de erros de descontrole fiscal que contribuíram em aumentar a incerteza e aprofundar a crise⁶. No caso do ajuste fiscal do segundo mandato, o governo tentou fazer uma correção de curso, mas o ministro Joaquim Levy não obteve apoio político e acabou saindo sem implementar o ajuste ele propôs⁶.

As origens dos problemas do governo Rousseff são consequência de uma “herança” deixada pelo seu sucessor composta por sobre questões não devidamente tratados, somados a erros na condução da política econômica do próprio governo Dilma com destaque para as intervenções no setor de energia e petróleo somado a má gestão fiscal⁷. Por “herança”, não se refere ao cambio valorizado e a taxa de juros em patamar elevado, mas sim, as deficiências na infraestrutura e insuficiência do sistema educacional brasileiro, que não receberam o devido tratamento pelo governo Lula⁷.

Ao partir do diagnóstico que era necessário corrigir dois preços, juros e câmbio, conforme a NME, a política econômica entrou em desacordo com os ditames do regime de metas para a inflação dificultando cumprimento de metas de inflação o que minou a confiança do mercado levando ao aumento gradual das expectativas de inflação⁷. Com isso, a taxa média de inflação, medido pelo IPAC, chegou a 6,2% entre 2011-2014.

O autor avalia que, a intervenção do governo nos preços da energia elétrica e dos derivados do petróleo, usados como paliativo contra a aceleração inflacionária, tiveram sérias consequências sobre os lucros do setor elétrico com o risco de “[...] quebradeira generalizada, apenas evitada porque o governo socorreu as empresas com recursos do Tesouro” o que agravou o *déficit* público⁷.

Quanto o setor de petróleo, ao controlar os preços dos derivados, mantendo-os fixo no mercado domésticos, a despeito das variações preço do petróleo no mercado internacional, impôs a Petrobras a redução das margens operacionais reduzindo o lucro ao mesmo tempo em que a companhia era obrigada pelo governo a manter os vultuosos investimentos no pré-sal resultando em significativo endividamento da empresa⁷.

A interferência do governo nos preços juros/câmbio teve efeitos danosos sobre a inflação levando a uma “[...] desfiguração parcial do tripé macroeconômico”, o que somado as interferências nos setores de energia e petróleo, resultou em uma série de “[...] decisões confusas, contraditórias e/ou erradas em diversos campos”⁷. Tudo isso acontecendo em ambiente político conturbado marcado pela relação crescentemente conflituosa entre os poderes Executivo e Legislativo.

Neste contexto, o governo Dilma se valia dos bons indicadores do mercado de trabalho, marcado por contínuo aumento dos salários e da constante melhora nos níveis de emprego, para através da propaganda política enaltecer o sucesso da política econômica nesta aérea, ao passo que a economia mostrava sinais de arrefecimento com aumento da incerteza com relação ao futuro, o que, passava à maioria das pessoas um sentimento de “[...] alinhamento em relação a crise”⁷.

Quanto a política fiscal, a piora dos resultados fiscais é explicado, pelo lado das receitas, pela combinação de queda das receitas em função da desaceleração da economia aliado ao programa de desoneração fiscal que prejudicou o desempenho da arrecadação⁸. Pelo lado do gasto público, as despesas seguiram em trajetória de alta sem que as receitas apresentassem o mesmo ritmo de crescimento o que afetou a capacidade do governo em cumprir com as metas fiscais. Neste contexto, os autores destacam que os crescentes repasses do Tesouro Nacional ao BNDES aumentaram a despesa líquida de juros em função do diferencial entre a taxa Selic e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principalmente quando a Selic entrou em trajetória de alta.

O debate acerca da crise fiscal à época se intensificou entre os economistas que apontavam a necessidade para recuperação do equilíbrio fiscal mediante um forte ajuste⁸. Entre os pontos de debates entre os economistas, os autores destacam que a previdência se tornou um ponto central em face do crescente aumento desta conta e de sua relevância, por representar mais da metade das despesas primárias do governo.

Destacam que o ajuste fiscal promovido no início do segundo mandato, frente ao receio de perda de grau de risco, como a definição de metas mais ambiciosas de superávits e alterações das regas de seguro-desemprego e redução de determinados subsídios não foram suficientes para evitar a perda do grau de investimento em novembro de 2015⁸.

Ante ao exposto na presente discussão, pode-se propor a seguinte sumarização no que tange a interpretações da visão ortodoxa acerca do governo Dilma Rousseff:

Os incentivos direcionados ao setor industrial não era a resposta adequada para a perda de dinamismo da economia brasileira. A versão ortodoxa para a “herança” deixa ao governo Dilma Rousseff era as deficiências na infraestrutura, excesso burocracia, carga tributária elevada e o sistema educacional ineficiente; (I) a desaceleração da atividade econômica 2011-2014 é explicada pela queda da produtividade da economia que por sua esta relacionada com o aumento da intervenção do governo na economia; (ii) a política fiscal foi expansionista e direcionados a setores que não apresentaram o crescimento esperado; (iii) a expansão fiscal ocorreu no momento de queda da arrecadação do governo em decorrência a desaceleração econômica; (iv) o ajuste fiscal de 2015 não explica o aprofundamento da crise no biênio 2015-2016.

Ante ao exposto observa-se que os trabalhos de orientação ortodoxa aqui apresentados convergem para uma diagnostico que se aproxima do corolário estabelecido na literatura ortodoxa que entende que a intervenção do estado na economia leva a perda de eficiência dos mercados com consequências pernósticas sobre o nível de atividade econômica. O fato de que a política econômica marcada que flexibilização do tripé macroeconômico em concomitância com aumento da intervenção estatal tenha fracassado, constitui em si próprio, o argumento mais simples e cabal oferecido pela ortodoxia para crise econômica do governo Dilma Rousseff.

A seguir, trataremos do diagnostico novo-desenvolvimentista para a crise econômica do governo Dilma Rousseff.

III. A Perspectiva Novo-Desenvolvimentista

De início, convém pontuar as contraposições *outsiders*, em relação aos ditames da ortodoxia para a obtenção do crescimento econômico. Nesta linha, tem-se que, não obstante o sucesso do tripé macroeconômica para estabilidade econômica, a vigência historicamente rígida deste modelo na economia brasileira é apontada pelos heterodoxos como responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira e sendo a perpetuação da sua forma rígida em um entrave para o desenvolvimento econômico⁹.

A estratégia dos governos latino-americanos em financiar o crescimento econômico (por meio da poupança externa, da ausência da neutralização da doença holandesa e manutenção do Regime de Metas para a inflação de forma pouco flexível) é apontado, pelo heterodoxos do Novo-desenvolvimentismo, como a causa para o longo processo de estagnação econômica do Brasil¹⁰.

No caso do regime de metas para a inflação, as críticas dos economistas heterodoxos estão direcionadas aos efeitos colaterais da manutenção da taxa de juros (em patamares elevados) por longo período, o que resulta em apreciação cambial. Se por um lado a apreciação cambial é benéfica a ancoragem dos preços domésticos, por outro, a apreciação gera um “desacoplamento” da produção nacional em relação ao mercado internacional, causando perda de competitividade da indústria nacional no mercado global, além de sofrer com a concorrência

de produtos importados.

Por efeito, o país fica renegado a uma pauta de exportação altamente concentrada em produtos de baixo valor agregado, resultando em pagamento de salários mais baixos do que seria obtido na indústria de transformação, que paga salários mais elevados. Soma-se a apreciação cambial, proveniente da manutenção de níveis elevados da taxa de juros imposto pelo Regime de Metas de Inflação, o fluxo positivo de recursos na economia em decorrência do aumento de preços das commodities, as quais estão concentradas a pauta de exportação do Brasil.

A apreciação cambial, derivada da exportação de commodities, provoca um fenômeno conhecido como Doença Holandesa, que pode ser definido como uma alteração na estrutura industrial, que leva a economia na direção de uma estrutura atrelada às commodities, ou intensiva em trabalho (mão-de-obra pouco especializada) e que movimenta a cadeia produtiva em uma direção oposta à indústria¹¹. Os autores apontam ainda que a apreciação cambial decorrente da política de metas de inflação e a valorização dos preços das commodities, ocorrido depois dos anos 2000, foi nociva à indústria nacional. A contaminação da economia brasileira, pela doença holandesa, gerou perda de dinamismo da indústria de transformação nas últimas décadas.

Porém, a perda de dinamismo da indústria brasileira nas últimas duas décadas não pode ser atribuída exclusivamente a doença holandesa, sendo necessário considerar outros fatores, tais como, a baixa produtividade da indústria brasileira, a forte concorrência da China, a ausência de políticas industriais e uma política macroeconômica inconsistente com o desenvolvimento da indústria de transformação, entre outros fatores da mesma importância¹¹.

Nesta linha, é o conceito clássico de desindustrialização¹², como sendo a redução persistente da composição do emprego industrial no total do emprego no país ou região. Com base em tal conceito, é possível analisar que a América Latina passou por processo de desindustrialização na década de 1990, período que coincide com a implantação das políticas neoliberais do “Novo Consenso” de Washington¹². Já o conceito mais amplo de desindustrialização¹³ incorpora o valor adicionado a análise, sendo que a desindustrialização ocorre quando o emprego industrial e o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Com relação ao segundo conceito, existem duas observações: a primeira é que a desindustrialização não ocorre quando a produção está estagnada ou em queda, mas sim quando o setor industrial perde importância na geração de emprego e/ou no valor adicionado para uma determinada economia; a segunda observação se refere ao fato de que desindustrialização não está obrigatoriamente associada a reprimarização da pauta de exportação, uma vez que, o país pode transferir para o exterior a produção mais intensiva em mão de obra e/ou com menor valor adicionado e, se assim for, a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos de maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado na pauta de exportação. Desta forma, tal processo de desindustrialização é classificado como ‘positivo’¹².

Entretanto, quando a desindustrialização é acompanhada pela reprimarização da pauta de exportação, caracterizada pela reversão da pauta de exportação (as commodities, produtos primários ou manufaturados e de baixo valor adicionado), isso pode ser o sintoma de doença holandesa, sendo a desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da exportação de recursos naturais em um determinado país. Neste caso, a desindustrialização é classificada como ‘negativa’¹².

Neste último caso, pode existir a persistente perda de importância relativa da indústria, de transformação brasileira entre 2004-2009¹². Adicionalmente, os autores constatam que a composição do saldo comercial brasileiro e a composição do valor adicionado da indústria nacional, mostram sinais preocupantes de ocorrência de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio, resultado da valorização dos preços das commodities e dos recursos naturais, o que implica na ocorrência de doença holandesa no período analisado.

A constatação da ocorrência de desindustrialização da economia brasileira, seja pela contaminação da doença holandesa ou por outros fatores, é uma questão chave da crítica dos outsiders ao “Novo Consenso”, uma vez que, o desenvolvimentismo rechaça a ideia neoclássica de que todos os setores da economia operam com retornos constante de escala, e entende que políticas de apoio do Estado, ao setor industrial, é essencial para que países pobres alcancem o desenvolvimento econômico. A tradição desenvolvimentista atribui à indústria de transformação o potencial de operar como motor do crescimento econômico, uma vez que, a indústria de transformação conta com três peculiaridades, a saber¹⁰:

- a) a indústria de transformação é a principal fonte geradora e difusora de progresso tecnológico para todos os setores da economia, opera sob retornos crescentes de escala estáticos;
- b) opera sob retornos crescentes de escala estáticos, uma vez que o setor é intensivo em capital fixo e com indivisibilidade tecnológica, o que possibilita que novos investimentos que provoquem a duplicação os fatores produtivos mais que duplicará a produção resultante fazendo com que, tudo o mais constante, a produtividade aumente a os custos unitários caiam;
- c) o setor industrial funciona sob condições de retornos crescentes de escala dinâmicos, pois os efeitos

acumulativos do progresso tecnológicos fazem com que os custos unitários das empresas ou de setores inteiros declinem à medida que aumenta a produção total ao longo do tempo.

Nestes termos, para que o país se desenvolva e alcance indicadores econômicos próximos aos países desenvolvidos, elevado nível de renda per capita e forte diminuição da participação do setor agrícola no PIB, a industrialização precisa avançar mais que os outros setores, precisa aumentar a produtividade e alterar a sua estrutura no sentido de produzir bens de capital e intermediários e contribuir para a diversificação da pauta de exportação e melhorias das contas externas¹⁴.

Apesar de considerar que não há, na história, país algum que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização promovida por um forte e ativo papel do Estado¹⁴. Ademais, para reverter o quadro de desindustrialização o autor defende que uma nova política industrial, para ser bem-sucedida, precisa que a política macroeconômica esteja em consonância com os objetivos da política industrial em termos da taxa de juros em vigor, política cambial e nível de abertura comercial.

Na visão Novo-desenvolvimentismo o setor industrial tem papel central na elaboração de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico, que conta com a participação ativa do Estado em parceria com a iniciativa privada.

Uma vez estabelecido as principais críticas do novo-desenvolvimentismo a ortodoxia, comecemos a exposição da perspectiva novo-desenvolvimentista com o diagnóstico de Bresser-Pereira¹⁵ acerca do fraco desempenho e posterior recessão econômica que marcou o governo Dilma Rousseff.

De forma geral, Bresser-Pereira¹⁵ elenca as seguintes causas para a desaceleração econômica 2011-2014:

- a) queda radical do preço das commodities exportadas pelo Brasil em agosto e setembro de 2014;
- b) o esgotamento da capacidade de endividamento das famílias;
- c) o agravamento da desindustrialização;
- d) a perda de confiança das empresas no governo, que se agravou devido à transformação de um superávit primário de 1,7% do PIB em 2013 em um déficit de 0,6% em 2014.

De maneira mais pontual, Bresser-Pereira¹⁶ parte do pressuposto de que o governo Dilma herdara um “legado terrível” do governo de seu predecessor materializado na figura de armadilha” composta pelo binômio elevada taxa de juros e câmbio altamente depreciado.

Logo, Dilma Rousseff não contou com o apoio político necessário para promover a forte desvalorização cambial necessária na ordem de 50%, segundo estimativas do autor, para a recuperação da competitividade do setor industrial sem considerar os efeitos de curto prazo sobre a inflação. O governo teve que arcar com as devidas cobranças de uma sociedade que prioriza o consumo imediato e não tolera, ainda que temporariamente, qualquer aumento da inflação¹⁶.

Em 1 de janeiro de 2011 a valorização cambial havia atingido o nível mais alto, quando câmbio corrente tingiu R\$ 2,20 de dólar ao passo que as estimativas apontavam que o câmbio competitivo deveria ser de R\$ 3,50 de dólar¹⁶.

Frente a esta diferença, a desvalorização cambial promovida pela NME fora de modestos 20% sendo insuficiente para promover o aumento dos investimentos industriais. Porém, fora suficiente para afetar a estabilidade de preço, uma vez que o governo não reduziu os gastos públicos para prevenir surtos inflacionários provocados pela desvalorização¹⁶.

Assim, a decisão do Banco Central em aumentar a taxa de juros em meados de 2013 foi a concretização do recuo do governo perante os ataques que o governo sofreu por parte dos economistas ortodoxos e da imprensa liberal-conservadora ante ao fraco desempenho da economia e crescente pressão inflacionária representando uma derrota do governo contra o sistema financeiro¹⁶.

Quanto a política fiscal implementada durante a vigência do Plano Brasil Maior, a desoneração das folhas de pagamento será entendida como o “maior erro econômico de Dilma” por ser altamente custosa e não podendo ser definida como uma política industrial uma vez que os benefícios foram estendidos a quase todos os setores da economia tendo causado uma brutal queda nas receitas do Estado levando as contas públicas a registrar *déficits* primário. Alerta que a degradação das contas públicas é algo que a sociedade considera como “inaceitável”, haja vista, o histórico de hiperinflação que levou o povo brasileiro “[...] a valorizar a responsabilidade fiscal”¹⁶.

Para uma política industrial obtenha resultados promissores essa deve ser coordenada com um regime macroeconômico consistente que seja capaz de manter a estabilidade de preços e fiscal e que engendrem políticas econômicas capazes de viabilizar taxa de juros real apropriadas ao investimento privado bem como taxas de câmbio reais competitivas (no nível de equilíbrio industrial) e salários que cresçam de acordo com a produtividade¹⁷. Nestes termos, na prática, nenhuma dessas condições foi preenchida no Brasil nas últimas décadas resultando em desindustrialização prematura, baixa produtividade e baixo crescimento observado em igual período¹⁷.

Quanto ao ajuste fiscal de 2015, inicialmente tal ação não era o fator preponderante para que o país

superasse a crise, mas entendia-se que era uma medida essencial para a recuperação da confiança das empresas e recuperar os investimentos¹⁶. Contudo, o autor aponta que a decisão de realizar o ajuste fiscal em quadro de recessão econômica ensejou pressões por parte dos economistas de orientação desenvolvimentista para que Joaquim Levy, de orientação ortodoxa, deixasse o governo Dilma. No entanto, Bresser-Pereira¹⁶ pede que o ministro se mantenha na pasta alegando que não havia uma alternativa além do ajuste fiscal para o restabelecimento da confiança do mercado na política econômica do governo.

Em outro momento Bresser-Pereira¹⁶ avalia que Joaquim Levy subestimou a gravidade da crise ao promover um ajuste fiscal que resultou em um déficit de 2,1% do PIB em 2015. O autor lembra que a previsão do governo era de que o ajuste levaria o país a alcançar um superávit de 1,1 % do PIB. As projeções não se concretizaram em razão da queda “vertical” das receitas devido aos programas de desonerações, além do agravamento da crise econômica e o crescimento da dívida pública¹⁶.

Propondo assim, que o ajuste fiscal deveria aprofundar os cortes na despesa corrente ao mesmo tempo em que o governo deveria iniciar o mais rápido possível um plano de investimento público em infraestrutura além do já realizado por meio das concessões¹⁶. A ideia era seguir a distinção entre despesas de custeio ou de consumo e investimento público nos moldes Keynesianos no que se baseia a política fiscal novo-desenvolvimentista. Desta forma, Bresser-Pereira¹⁶ defende que o ajuste fiscal deveria ser composto não somente por uma meta para a poupança pública, na ordem de 2% do PIB, mas também uma meta para o investimento de investimento público de 4% do PIB, segundo as estimativas do autor.

Nestes termos, Bresser-Pereira¹⁶ avalia que à medida que o governo reduz as despesas de forma persiste ele fica autorizado a realizar investimentos sem se preocupar com o *déficit* público o que é crucial para que o estabelecimento de uma ação contracíclica para a “emergência” vivida a época.

Ante ao pedido de demissão de Joaquim Levy do ministério da fazenda, ao final de 2016, frente ao agravamento da crise e a falta de apoio do congresso ao poder executivo, Bresser-Pereira¹⁶ avaliou como positiva a nomeação de Nelson Barbosa para a pasta, atribuindo-lhe o adjetivo de “competente economista heterodoxo”.

Para Oreiro¹⁸ o comportamento da economia brasileira no governo Dilma pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, compreendida do terceiro semestre de 2012 ao primeiro semestre de 2014, a “nova matriz” induziu um ritmo de crescimento temporário superior a 2,5% a.a. Na segunda fase, a partir do segundo trimestre de 2014, o ritmo de crescimento entra em colapso e na última fase, iniciada no primeiro trimestre de 2015 a queda da atividade econômica se intensifica persistindo assim até 2016.

Segundo Oreiro¹⁸, o colapso da atividade econômica foi resultado da “expressiva queda da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF)” causado pela mudança da percepção dos empresários com relação ao retorno de capital que desde 2011 apresentava uma nítida tendência de queda levando a redução da propensão do gasto de investimento do setor privado.

Oreiro¹⁸ aponta que redução da taxa Selic não foi capaz de compensar a redução da rentabilidade do capital próprio das empresas brasileiras motivo pelo qual a ‘nova matriz econômica’ foi incapaz de acelerar a atividade econômica de forma sustentável.

A queda da taxa de retorno do capital das empresas não financeiras partir de 2011 se deu em função da queda das margens de lucro das empresas que não conseguiram transferir os aumentos dos seus custos operacionais para o preço de venda. Neste contexto, Oreiro¹⁸ compartilha do diagnóstico de Bresser-Pereira¹⁶ de que a desvalorização cambial promovida pela NME, embora tenha permitido uma desvalorização bastante significativa da taxa de câmbio em termos nominal, não fora suficiente para eliminar os efeitos sobre a competitividade da indústria de transformação da sobrevalorização da taxa real de câmbio e do aumento real dos salários acima do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho.

Oreiro¹⁸ observa que a queda a Formação Bruta de Capital Fixo corrida em 2014 foi o *estopim* da recessão econômica que se abateu sobre a econômica brasileira, porém isso não explica o aprofundamento da recessão nos anos de 2015 e 2016. Aponta os seguintes fatores amplificadores da recessão: o aumento das tarifas de energia elétrica; a desvalorização cambial impactou negativamente sobre a inflação no período, com o IPAC saltando de 6,41% no último trimestre de 2014, para 9,48% no terceiro trimestre de 2015; a renda real dos trabalhadores foi duramente afetada pela aceleração da inflação o que explica a forte contração dos gastos de consumo das famílias a partir do segundo trimestre de 2015¹⁸.

Quanto a política fiscal, Oreiro¹⁸ avalia que a recessão econômica acelerou o desequilíbrio fiscal da União com crescente deterioração do resultado primário a partir de 2014 levando ao crescimento acelerado da dívida pública como proporção do PIB, levando o endividamento da União para uma trajetória claramente insustentável. Para o autor a perda de espaço fiscal decorrentes destes fatos impediu a realização de uma política fiscal anticíclica exatamente quando ela era mais necessária.

Pelo contrário, aponta que entre os anos de 2003-2015 a política fiscal foi, em geral, pró-cíclica. Sendo expansionista quando a economia crescia acima da sua tendência de longo prazo e contractionista quando a economia operava abaixo do seu potencial. A partir de 2015 a pró-ciclicidade da política fiscal se intensificou

em função da necessidade do Ministério da Fazenda em conter a trajetória de elevação da dívida pública como proporção do PIB na tentativa de coibir o temor do mercado quanto ao risco de default soberano¹⁸.

Assim, o autor destaca que o ajuste fiscal se concentrou em reduzir os gastos com investimento do governo que caíram de 1,34% do PIB em 2014 para 0,93% do PIB em 2015. Desta forma, quando a economia brasileira estava em recessão a política fiscal foi fortemente contracionista em 2015, gerando um impulso fiscal recessivo de -1,02% do PIB. Desta forma, a política fiscal executada em 2015 foi, “[...] foi francamente contracionista, amplificando assim os efeitos da recessão iniciada em 2014”¹⁸.

Ademais, Oreiro¹⁸ considera como errônea o programa de desoneração fiscal do governo Dilma, na medida em que estas contribuíram para piorar de sobremaneira o quadro econômico na medida em que foram concedidas sem que fossem exigido nenhuma contrapartida em investimento ao passo que o programa “queimou espaço fiscal” do governo ao longo de sua vigência.

Por sua vez, o economista novo-desenvolvimentista, Paulo Gala¹⁹, tem uma avaliação semelhante ao defendido por seus pares Bresser-Pereira e José Luis Oreiro com relação ao impacto do ajuste fiscal em um contexto de forte desaceleração econômica e constante aumento do nível de incerteza. De acordo com o autor, as medidas de contingenciamento fiscal, somadas ao fim do represamento dos preços administrados, forte depreciação cambial, elevação da taxa de juros e aceleração da inflação, foram um uma espécie de “soco no estômago da economia brasileira” em 2015. Como resultado, Paulo Gala¹⁹ aponta que a economia brasileira, que já estava desacelerando, com os analistas prevendo uma recessão em torno de 2% do PIB no Brasil em 2015, acabou se convertendo em uma recessão de 3,5% do PIB, uma das piores recessões que o Brasil teve nos últimos 50 anos.

O economista avalia que, com tamanha redução do nível de atividade e da arrecadação fiscal agravou a recessão econômica, pois as empresas pararam de pagar impostos seja por sonegação, falência ou por postergar o recolhimento optando por aguardar pelo refinanciamento das dívidas tributárias. Neste contexto, Paulo Gala¹⁹ aponta que a arrecadação caiu abruptamente o que contribuiu para aumentar o pânico do mercado financeiro que já enfrentava o aumento dos juros, a aceleração da inflação e o câmbio desvalorizando. Como consequência, o autor pondera que nível o crescente aumento de incerteza do mercado acabou se alastrando para os empresários, em seguida para os consumidores e, finalmente, para os trabalhadores.

Paula Gala¹⁹ avalia que tais acontecimentos se converteram em decisões de postergação de investimento, e de gasto dos empresários, que por sua vez, pararam de contratar e começaram a demitir. Por consequência, aumento do desemprego mudou as decisões dos consumidores que optaram pela contenção de consumo, resultando no ciclo vicioso da recessão, “ninguém gasta porque ninguém ganha, e como ninguém ganha, ninguém gasta”. Como efeito, o gasto público primário, descontando a parte previdenciária que é obrigatória, caiu quase 6% em 2015, no momento mais grave da crise econômica.

Com relação à política industrial, Paulo Gala¹⁹ defende que para que haja desenvolvimento econômico não basta investir em educação, como defendido pela ortodoxia, é preciso haja política para desenvolver o setor industrial pois este tem a capacidade de converter o acúmulo de conhecimento em produtos e serviços que gerem poder de monopólio. O autor avalia que o programa de desoneração fiscal degradou a situação fiscal do governo.

Por ser turno, Curado²⁰ parte sua análise lembrando que a política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi classificada pelo Ministro Guido Mantega, em entrevista concedido à BBC Brasil em novembro de 2014, como desenvolvimentista com o objetivo de criar mais empregos e reduzir as disparidades sociais e de renda.

Curado²⁰ argumenta que ao classificar a política econômica com desenvolvimentista o ministro Guido Mantega abriu espaço para que os analistas econômicos atribuíssem o fracasso da política econômica de Dilma Rousseff a adoção de uma agenda desenvolvimentista ou novo-desenvolvimentista.

Nestes termos, Curado²⁰ avalia que, embora seja patente que o governo tenha ampliado ao seu grau de intervenção na economia, isto não permite classificar as ações do governo como novo-desenvolvimentista. Isto porque as ações do governo apresentaram incongruências em relação as propostas da agenda novo-desenvolvimentista. De forma geral, destaca que não houve de fato uma “estratégia nacional de desenvolvimento” elaborado em conjunto por Estado e mercado contrariando o ponto central para o desenvolvimento segundo a agenda novo-desenvolvimentista²⁰. A política macroeconômica desenvolvida pelo governo também apresentou um baixo grau de aderência com a proposta novo-desenvolvimentista na medida em que o governo não desenvolveu políticas econômicas efetivas para promover os ajustes necessários no binômio juros-câmbio tal como proposto pela agenda novo-desenvolvimentista.

Neste contexto, Curado e Nascimento²¹ indicam que o erro central cometido pelos gestores da política econômica durante o governo Dilma foi acreditar que as políticas anticíclicas implementadas em resposta a crise financeira de 2008 poderia sustentar o crescimento da economia brasileira a longo prazo.

Para Curado e Nascimento²¹ o governo Dilma ampliou o caráter expansionista da política fiscal, em um cenário de redução da atividade econômica em que as receitas do governo central foram mantidas

praticamente inalterada. Por efeito, as despesas do governo central cresceram de 17,5% do PIB em 2011 para 18,9% do PIB em 2013 em um contexto de redução do crescimento o que resultou na piora da situação fiscal ao longo do tempo ficando “[...] especialmente preocupante a partir de 2014, ano em que os déficits primários passaram a ser constituir uma regra ao invés de exceção, como até então verificado”²¹.

Desta forma, Curado²⁰, aponta que a política fiscal do governo Dilma foi sistematicamente expansionista o que levou a deterioração das contas pública o que vai contra a recomendação novo-desenvolvimentista que prego a busca do equilíbrio fiscal para a ampliação da poupança pública.

Destaca ainda que durante o primeiro mandato não houve uma alteração intencional para a desvalorização cambial necessária para a recuperação da competitividade da indústria nacional ao mesmo tempo em que a política monetária oscilou consideravelmente ao longo do tempo²⁰. Desta forma, tanto as políticas fiscal, monetária e cambial foram conduzidas sem a adequada observância as recomendações da teoria novo-desenvolvimentista revelando, segundo Curado²⁰, as ações do governo teve pouca aderência à agenda novo-desenvolvimentismo.

Ante as análises apresentadas tem-se o seguinte resumo da perspectiva novo-desenvolvimentista sobre o governo Dilma Rousseff:

- I. A Nova Matriz Econômica não logrou desvaloriza o cambio ao patamar necessário para a recuperação da competitividade da industrial nacional;
- II. O programa de desoneração fiscal, além de não incentivar o investimento privado, reduziu a capacidade de arrecadação do governo levando a geração de déficits primário elevando a dívida pública;
- III. O aumento da intervenção do governo na economia resultou em aumento da incerteza dos agentes econômicos;
- IV. O ajuste fiscal de 2015 contribui para a recessão econômica de 2015 e 2016;
- V. Não houve a implementação de uma política industrial propriamente dita nos moldes da agenda novo-desenvolvimentista;
- VI. A política econômica do governo Dilma Rousseff teve pouca aderência ao que prego a agenda novo-desenvolvimentista.

No que foi discutido até este ponto fica evidente que a corrente novo-desenvolvimentista, assim como a ortodoxia, converge seu diagnostico de que a política fiscal, baseado em desoneração fiscal, além de não impulsionar a atividade econômica, dado seu baixo efeito multiplicador, teve efeito sobre a arrecadação do governo amplificando a crise fiscal. Ambas as correntes reprovam a degradação das contas públicas.

Observa-se convergência quanto aos efeitos da intervenção do governo Dilma nos setores de energia e petróleo e o represamento dos preços administrado para o controle da inflação sobre o aumento do nível de incerteza do mercado o que afetou o nível de investimentos a partir de 2014.

A corrente novo-desenvolvimentista entende que o ajuste fiscal, embora necessário, não foi adequadamente aplicada uma vez que o ajuste deveria ser efeitos sobre o gasto corrente e não sobre o gasto com investimento que foi fortemente reduzido contribuindo para o aprofundamento da crise.

Na seção seguinte, será tratada a perspectiva social-desenvolvimentista sobre o governo Dilma Rousseff.

IV. A Perspectiva Social-Desenvolvimentista

Para Singer²² a política econômica executada no âmbito da Nova Matriz Econômica seguiu um viés claramente desenvolvimentista quando analisada através da percepção de Bielchowsky pois é possível identificar ações oriundas tanto na *crença* de que a de superação da pobreza só pode ser alcançada por meio da industrialização integral do país quanto na *descrença* de que as forças espontâneas de mercado é o suficiente para que o país alcance o desenvolvimento econômico sendo, portanto, imprescindível a atuação do Estado para desobstruir os caminhos para que o país alcance a pela industrialização.

Neste contexto, Singer²² entende as ações contidas na NME como um “ensaio desenvolvimentista” e propõe uma análise dos aspectos políticos que possam explicar o fracasso tendo como ponto de partida a ideia de que a mudança na condução da política monetária se converteu como o cerne dos problemas enfrentados pelo governo Dilma Rousseff que culminara com o fracasso da NME.

Singer²² inicia sua análise observando que Dilma Rousseff escolheu o tradicional discurso dos presidentes do PT, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho de 2012, para informar para a sociedade que o governo cobraria do sistema financeiro a sua parcela de contribuição para o novo plano de desenvolvimento econômico do país o que significava em redução da taxa de juros das operações de crédito. A cobrança de Dilma se baseava no entendimento de que o sistema financeiro brasileiro é sólido e lucrativo o suficiente para contribuir para o desenvolvimento econômico do país abdicando de uma parcela de seus altos lucros historicamente alicerçados em taxas de juros a quem a presidente classifica como “uma das mais altas do mundo” Singer²².

Por consequência, a alteração das regras estabelecidas pela ortodoxia resultaria na redução dos *spreads* bancários o que por obvio não fora aceito pacificamente pelo “núcleo duro do capital” levando os banqueiros e

os rentistas a contrapor a política econômica do novo governo em uma espécie de “guerra subterrânea, a que a sociedade permaneceu, quase sempre, alheia”²².

Sendo a política monetária o teatro principal da “guerra” entre o governo e o setor financeiro em decorrência da “inflexão desenvolvimentista” Singer²² avalia que o governo Dilma decidiu tornar a decisão de âmbito técnico em uma questão de ordem política colocando a redução dos *spreads* como prioridade e uma determinação direta da presidência da República representando em uma intervenção direta do Estado no lucro dos bancos.

Para tanto, Singer²² aponta que o Ministro da Fazenda Guido Mantega atuou ativamente em defesa da redução das taxas de juros tornando ainda mais evidente a peleja do governo para a redução *spreads* bancários chegando a utilizar os bancos públicos nesta direção o que tencionou ainda mais o mercado financeiro despertando o temor de que os bancos privados perderiam parcelas significativas no mercado de crédito ante a decisão do Banco do Brasil em reduzir os lucros de suas operações de crédito.

Singer²² divide a resposta dos bancos à intervenção do governo no setor financeiro em três atos principais. O primeiro ato foi de confronto quando o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, entrega para o então secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, uma lista de vinte reivindicações para a redução dos *spreads* o ministro da Fazenda, Guido Mantega, respondeu contra-atacando reiterando que as margens de captação e empréstimos dos bancos era demasiados elevados o que não se justificava a continuação desta situação.

Como resultado deste primeiro embate Singer²² avalia que “compreende-se que, daí em diante, derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro” o que com o tempo e o crescimento das tensões em virtude da baixo desempenho da economia faz surgir ao longo do tempo uma coalizão formado contra o governo composto não apenas pelo capital rentista mas também pela classe média tradicional e dos empresários industriais insatisfeitos com o resultado do modelo de crescimento desenvolvimentista.

De volta com o segundo momento, Singer²² aponta que frente a eventual ganho de fatias de mercado pelos bancos públicos que reduziram os custos de suas operações de crédito, que a época detinha 44% do mercado, a Febraban recua em posição de confronto declarado e em abril de 2012 pede desculpas ao governo pela exigências lista de exigências e de maneira informal anuncia que os bancos privados se preparavam para a diminuição dos *spreads*.

Neste ínterim Singer²² terce um cenário otimista com relação aos avanços proporcionados pela agenda desenvolvimentista tanto nos indicadores macroeconômico com a queda do desemprego e o aumento da renda dos trabalhadores bem como a obtenção de resultados importantes em termos político como a eleição do candidato do PT, Fernando Haddad, para a prefeitura da cidade de São Paulo no pleito de 2012 cujo perfil político do novo prefeito o autor avalia como semelhante a da presidente.

Porém, de acordo com Singer²² os avanços da agenda desenvolvimentista “prenunciava” o seu declínio iminente uma vez que as críticas a agenda desenvolvimentista se mostravam cada vez mais presente ante a uma inflação cada vez mais “resiliente” pondo em xeque a continuidade do ensaio desenvolvimentista. Tal constatação partiu do próprio governo e através das palavras do então presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, em entrevista em 7 de fevereiro de 2013, quando afirmou a sua interlocutora, Mirian Leitão, que o governo estava atento a presenteia da inflação e que o Bacen poderia reverter sua política monetária para controlar a inflação.

Dava-se início a terceira fase da disputa quando o mercado passou a apostar na elevação da taxa de juros e ainda que o governo tenha tentado conter os efeitos da fala de Tombini através do Ministro Mantega que afirmou, em entrevista a revista Reuters já no dia 8 de fevereiro, que não havia motivo para alarme com a inflação bem como a própria Dilma Rousseff, algumas semanas depois em visita a África do Sul, tenha afirmado que não acreditava em políticas de controle da inflação que tolhem o crescimento econômico a pressão do mercado pelo fim da agenda desenvolvimentista. O governo, por seu turno oferecia um tipo de resistência “surda” frente a pressão cada vez maior pela adoção de um choque neoliberal para a recuperação do controle de preços.

Por fim, o governo capitula ao embate com a frente neoliberal e a partir de abril de 2013 retomou aumento contínuo da taxa de juros, decisão que de acordo com Singer²² “tornava manca a perspectiva de retomada do desenvolvimentismo nacional e paralisava o avanço progressista quando ele soava irresistível” e assim os avanços alcançados pela agenda desenvolvimentista uma vez que os demais estímulos que não dependiam da taxa de juros são suficientes para rearmar “contra a correnteza dos juros”.

Para além da disputa no campo da política monetária, Singer²² oferece um outro conjunto de fatores que explique o enfrentamento por parte da burguesia a agenda desenvolvimentista tais como a financeirização do capitalismo teria levado a uma mistura entre capital industrial e finanças de tal modo que a redução dos juros, ainda seja uma demanda do capital industrial por baratear o custo do financiamento, por outro lado, afeta negativamente as operações do capital rentista dos quais incluem os possuidores do capital industrial.

Segundo Singer²², uma outra explicação seria o acirramento da luta de classe em decorrência dos

ganhos de emprego e renda derivado do aumento do intervencionismo do Estado na economia resultando em ganhos de poder relativos aos trabalhadores e conseqüentemente um maior poder de barganha dos sindicatos refletido no aumento do número de greves no primeiro mandato do governo Dilma o que despertou no empresariado o sentimento de perda de poder e reduzindo os investimentos como resposta a tal condição.

Por fim, Singer²² argumenta que as mudanças propostas no âmbito da Nova Matriz Econômica, em especial a política monetária, foi duramente combatido por um grupo de pessoas poderosas em defesa de seus interesses financeiros para a qual a manutenção dos juros em patamares elevados é condição essencial para a manutenção dos lucros.

Para Rossi e Biancarelli²³ e Mello e Rossi²⁴, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, buscou-se solucionar os problemas estruturais herdados do seu antecessor tais como a degradação da estrutura produtiva do país e o empobrecimento da pauta de exportação. Desta forma, Rossi e Biancarelli²³ classificam o primeiro mandato como a fase industrialista. Na fase industrialista, o gasto público passa a seguir uma nova composição, na qual o seu crescimento foi direcionado para as desonerações fiscais, subsídios e aumento das transferências para as famílias em detrimento da expansão do investimento público que marcou o governo anterior. Ponderam que os efeitos desta reorientação foi pouco efetivo em promover o crescimento econômico, pois o governo trocou um gasto de elevado multiplicador (gasto de capital) por um gasto de multiplicador reduzido (desoneração)²³.

Para Rossi e Biancarelli²³ as desonerações fiscais foram o símbolo máximo da aposta “industrialista” do governo Dilma que, embora possam ter funcionado para recompor a rentabilidade de alguns setores industriais, foi uma política fiscal equivocada, que comprometeu as contas públicas e o crescimento econômico. Assim como Oreiro¹⁸, os autores criticam o fato de que o programa de desonerações fiscais foi implementado sem a exigência, sem contrapartidas formais em termos de produção, exportações e investimentos.

Desta forma, Rossi e Biancarelli²³ avaliam que o fracasso da fase industrialista do governo Dilma Rousseff se deu, não por conta do “excesso de intervencionismo”, mas devido a aposta nas políticas pelo lado da oferta e de desonerações fiscais. Isso porque, segundo os autores, a decisão de investir dos empresários é orientada pelas condições de demanda, sendo que quando esta apresenta desaceleração, a resposta dos empresários é não investir e recompor as margens de lucro.

Neste âmbito, Rossi e Biancarelli²³ e Mello e Rossi²⁴ defendem que a deterioração fiscal foi causada pelo fracasso da estratégia industrialista em acelerar o crescimento econômico e pela queda da arrecadação pública causada, tanto pela política de desonerações, quanto pelo ritmo menor do crescimento do PIB. Os teóricos ainda rejeitam a ideia geral de que um suposto aumento descontrolado do gasto público foi responsável pela deterioração dos resultados primários ocorridos no período.

De acordo com Rossi e Biancarelli²³ e Mello e Rossi²⁴, as razões para o fracasso da agenda industrialista são de ordem estrutural e conjuntural. Quanto a ordem estrutural, o intento do governo em promover os investimentos privados esbarraram na estrutura produtiva dependente das importações e dos ganhos de ordem financeira. A queda da taxa de juros e a desvalorização cambial impuseram perdas pelo aumento dos custos dos insumos importados, concomitantemente a perda de rendimentos das aplicações financeiras.

Na ordem conjuntural, o governo teve sua margem de manobra reduzida perante a crise política, crise hídrica e as investigações judiciais. Como ponto positivo, Rossi e Biancarelli²³ destacam que a estratégia logrou em manter as taxas de desemprego baixas, a inflação dentro dos limites da meta e promoveu a desvalorização cambial, fundamental para a posterior melhoria do setor externo.

Conforme Rossi e Biancarelli²³, o fracasso da agenda industrialista impôs ao governo uma correção de rota, mas o caminho escolhido, o liberal, impunha sérios riscos a agenda de desenvolvimento com inclusão social. Era o início da fase de austeridade. De acordo com os autores, a mudança para o discurso liberal parte da percepção equivocada de que o baixo crescimento econômico decorre do intervencionismo do Estado, da seguridade social, das leis trabalhistas, dos aumentos de salários, bancos públicos etc.

Neste contexto, Rossi e Biancarelli²³ avaliam que o fracasso da fase de austeridade se deu em função tanto da formulação quanto da execução da estratégia. A formulação avaliou equivocadamente que a desaceleração econômica se dava em função da piora dos resultados fiscais, o que exigia um forte ajuste das contas públicas, ignorando que o real problema repousava sobre a queda da rentabilidade das empresas, deterioração do cenário externo e do ambiente político. Quanto a execução com ênfase no corte do gasto público e no aumento da taxa de juros se mostrou mais danoso para o crescimento da economia e para a saúde financeira das empresas. A estratégia de centrar o corte de gastos concentrado no curto prazo e com forte ênfase no investimento público se mostrou equivocado, retirando as duas únicas fontes e demanda autônoma ainda existente na economia justamente em um momento de desaceleração econômica, piorando as expectativas da demanda e dos investimentos do país.

Por fim, segundo Rossi e Biancarelli²³ a gestão macroeconômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi guiada por uma agenda “industrialista” e uma política fiscal equivocada que comprometeu as

contas públicas e o crescimento econômico. Desta maneira, de acordo com os autores, o “industrialismo” comprometeu o projeto de desenvolvimento social.

Por sua vez, Bastos²⁵ avalia que a política econômica de Dilma foi mais centrada nos incentivos ao investimento privado, mas isso não levou a uma ruptura significativa com os interesses atendidos pela política social do governo anterior. Embora com alguma desaceleração no ritmo. O autor rejeita a ideia de que o governo Dilma tenha passado a priorizar o crescimento, puxando pelas exportações industriais tal como proposto pelos novos-desenvolvimentistas.

Bastos²⁵ acredita ser pouco provável que a equipe econômica tenha se deixado levar pela ilusão de reorientar o crescimento da economia brasileira para as exportações, ainda mais em um cenário de baixo crescimento global e de acirramento da concorrência industrial gerado pela crise global.

Desta maneira, Bastos²⁵ aponta que o objetivo da Nova Matriz Econômica foi o de manter o crescimento do mercado interno e evitar o vazamento para as importações por meio de algumas iniciativas de defesa comercial e, principalmente, através da correção da taxa de câmbio e outras iniciativas de redução de custos empresariais.

Avalia que a desaceleração cíclica de 2011 foi claramente reforçada pela condução ortodoxa simultânea de toda a política macroeconômica: elevação de juros, controles macroprudenciais, câmbio apreciado e elevação da meta de superávit primário²⁵. No segundo momento, após a contração severa do investimento público em 2011, o governo decidiu ampliar a oferta de subsídios tributários e creditícios. Desta forma, Bastos²⁵ avalia que a composição do gasto público mudou para pior com perda relativa do investimento público, depois da sua severa contração em 2011. O resultado da ampliação dos incentivos ao investimento privado com o programa de desonerações tributárias e previdenciárias foi contrário ao esperado pelo governo, cuja líder era a “mãe do PAC”²⁵.

Bastos²⁵ pondera que o governo provavelmente teria tido mais sucesso para estimular o investimento privado e mitigar a desaceleração cíclica caso aumentasse a demanda efetiva através do investimento público e protegesse o mercado interno de importações competitivas (não apenas para compras governamentais), diante da conjuntura de acirramento da concorrência internacional e transformação profunda da divisão internacional do trabalho. Lembra ainda que o investimento privado não é determinado pelas externalidades fiscais, mas sim pela demanda efetiva corrente e a demanda esperada²⁵.

Quanto ao ajuste fiscal de 2015, Bastos²⁵ ressalta que Dilma assegurou, depois da campanha de reeleição, que o ajuste fiscal não afetaria os gastos com investimento de maneira a não reduzir a demanda, evitando assim transformar uma economia estagnada para uma recessão e retomada do desemprego. Porém, uma das primeiras medidas do segundo governo foi contrária a tal promessa, haja vista o anúncio da nova meta fiscal de 1,2% do PIB, sem descontar os investimentos do PAC.

Bastos²⁵ questiona a necessidade de tamanha reviravolta e se tal mudança poderia aprofundar os problemas a serem resolvidos, em especial a trajetória da dívida pública. O teórico aponta que a contração fiscal poderia ser contraproducente para o seu objetivo declarado de evitar a perda de grau de investimento, junto as desacreditadas agências de classificação de risco. Isso porque uma recessão não é um evento classificado benignamente pelas agências de risco, haja vista que a história é repleta de ocasiões em que atender à exigência de “[...] austeridade dos credores da dívida pública traz exatamente a deterioração da trajetória da dívida e a inquietude dos credores”²⁵.

Por fim, Carneiro²⁶ avalia que o programa de desoneração fiscal desviou de seu objetivo inicial, o qual era aumentar a competitividade da indústria, e foi se generalizando, sem critérios para diversos outros setores da economia, incluindo os *non-tradables*. O autor destaca que, inicialmente, o programa beneficiava 10.000 contribuintes em 2012, com um custo de R\$200 milhões por mês em renúncia; em 2014, foram 80.000 beneficiados com renúncia de R\$1,5 bilhão ao mês, o que representava 0,5% do PIB. Tudo isso sem que houvesse um plano de substituição por outro imposto, ou aumento de alíquotas, que compensasse as isenções concedidas. Quanto à guinada da política econômica em direção à ortodoxia feita em 2015, o economista classifica como sendo um equívoco, porém analisa que as opções disponíveis eram reduzidas, a despeito das consequências do fracasso do experimento desenvolvimentista, com custos sobre a deterioração progressiva dos setores público e privado, famílias e empresas, e do setor externo, o que impossibilitava a sua continuidade.

Em resumo, tem-se que visão social-desenvolvimentista a cerca do governo Dilma Rousseff entende que: (i) o gasto público passou a seguir uma nova composição focado no crescimento das desonerações fiscais, subsídios e aumento das transferências para as famílias em detrimento da expansão do investimento público; (ii) o resultado da nova composição foi pouco efetivo em promover o crescimento econômico dado ao efeito multiplicador reduzido das desonerações fiscais; (iii) a ênfase da política econômica em promover o setor industrial e as exportações não permitem afirmar que o governo Dilma seguiu a agenda social-desenvolvimentista; (iv) o fracasso da fase industrialista do governo Dilma Rousseff se deu não por conta do “excesso de intervencionismo”, mas devido a aposta nas políticas pelo lado da oferta e de desonerações fiscais; (v) a mudança da política monetária enfrentou forte resistência de uma frente antidesenvolvimentista que

comprometeu a continuidade dos avanços obtidos no âmbito social; (vi) o ajuste fiscal de 2015, baseado na percepção equivocada de que o baixo crescimento econômico decorre do intervencionismo do Estado, contribuiu para o agravamento da crise, transformando-a em uma recessão econômica.

Assim, fica evidente que a deterioração das contas públicas é o ponto em que a ortodoxia, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo convergem em suas críticas em relação a política econômica do governo Dilma Rousseff. É patente também que, embora a condução da política econômica desenvolvida no âmbito da Nova Matriz Econômica represente no mínimo uma flexibilização dos ditames da ortodoxia, o rol de políticas implementadas não recebe guarida nas visões heterodoxas, dado a não observância a que estas entendem como deve ser o manejo dos instrumentos macroeconômico para que o desenvolvimento econômico seja alcançado, em especial a política fiscal.

V. Conclusão

A análise realizada neste artigo atendeu ao objetivo geral de avaliar criticamente as perspectivas teóricas sobre a crise econômica no governo Dilma Rousseff. A partir da identificação e contextualização das abordagens ortodoxa, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista, foi possível compreender como cada vertente interpreta as causas e os efeitos das políticas econômicas empregadas.

Em relação ao primeiro objetivo específico, foi incluída a combinação de políticas fiscais expansionistas, a desoneração setorial sem contrapartidas claras e a adoção de medidas industriais fragmentadas desenvolvidas para a flexibilidade das contas públicas. A perspectiva ortodoxa crítica a intervenção estatal e enfatiza a importância de políticas de austeridade para estabilizar a economia. Por outro lado, as abordagens heterodoxas públicas apontam para a necessidade de políticas coordenadas e sustentadas que promovam o crescimento e a inclusão social.

O segundo objetivo específico, que buscava avaliar o papel do Estado no desenvolvimento econômico, revelou uma forte divergência entre as correntes. Enquanto a visão ortodoxa limita o papel do Estado na garantia da estabilidade macroeconômica, as vertentes novas e os social-desenvolvimentistas defendem uma atuação mais ativa na indução do crescimento econômico, especialmente em setores estratégicos como a indústria. No entanto, essas abordagens ressaltam a importância de uma política industrial consistente e alinhada às políticas monetárias e fiscais.

Quanto ao terceiro objetivo específico, as lições aprendidas destacam a necessidade de alinhar políticas de curto prazo com estratégias de longo prazo. A crise mostrou que a falta de cooperação entre políticas econômicas e o esforço político-institucional podem comprometer a eficácia das medidas aplicadas. Dessa forma, há uma necessidade urgente de construir consensos entre diferentes agentes econômicos e políticos.

Por fim, este estudo abre espaço para futuras pesquisas sobre o impacto das políticas econômicas em contextos de crise em países emergentes. Investigações adicionais podem explorar como diferentes modificações de políticas públicas e modelos de governança econômica podem mitigar os efeitos de crises semelhantes. Além disso, comparativos entre países com características econômicas e políticas semelhantes podem oferecer insights valiosos sobre práticas bem-sucedidas de estudos de gestão econômica em tempos de incerteza.

Referências

- [1]. Lisboa, M. B.; Pessoa, S. Crítica Ao Novo-Desenvolvimentismo. *Cadernos Do Desenvolvimento*, Rio De Janeiro, V. 11, N. 19, Pp.181-189, Jul./Dez. 2016. Disponível Em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/8106780/Mod_Resource/Content/1/Lisboa%20e%20pessoa%20critica%20oa%20no%20desenvolvimentismo.pdf. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [2]. Pessoa, S. A Crise Atual. *Novos Estudos Cbrap*, V. 34, N. 2, Jul. 2015. Disponível Em: <https://novos estudos.com.br/produto/edicao-102/#gsc.tab=0>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [3]. Lisboa, M.; Pessoa, S. O Valor Das Ideias: Debates Em Tempos Turbulentos. São Paulo: Companhia Da Letras, 2019.
- [4]. Barbosa Filho, F. H. A Crise Econômica De 2014/2017. *Estudos Avançados*, São Paulo, V. 31, N. 89, P. 51-60, Jan./Abr. 2017. Disponível Em: <https://www.scielo.br/J/Ea/A/Bd4nt6nxvr9y4v8tqzljndt/Abstract/?Lang=Pt>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [5]. Barbosa Filho, F. H. A Crise Econômica De 2014/2017. *Estudos Avançados*, São Paulo, V. 31, N. 89, P. 51-60, Jan./Abr. 2017. Disponível Em: <https://www.scielo.br/J/Ea/A/Bd4nt6nxvr9y4v8tqzljndt/Abstract/?Lang=Pt>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [6]. Mesquita, Mario Et Al. A Política Econômica Do Governo Dilma: A Volta Ao Experimentalismo. *Centro De Debates De Políticas Públicas. Sob A Luz Do Sol, Uma Agenda Para O Brasil: A Política Econômica Do Governo Dilma: A Volta Do Experimentalismo*. São Paulo: Cdp, P. 3-15, 2014.
- [7]. Giambiagi, F. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)*. 3. Ed. Reimp. Rio De Janeiro: Gen | Grupo Editorial Nacional. Publicado Pelo Selo Editora Atlas, 2021.
- [8]. Giambiagi, Fabio Et Al. *Três Décadas-O Bndes Depois Da Estabilização: 1994-2023*. 2024.
- [9]. Rossi, P. *Regime Macroeconômico E O Projeto Social-Desenvolvimentista*. Discussion Papers, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015.
- [10]. Nassif, A. *Desenvolvimento E Estagnação: O Debate Entre Desenvolvimentistas E Liberais Clássicos*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- [11]. Souza, A. M.; Silva, J. A. Doença Holandesa E Desindustrialização No Brasil: 1995-2014. *Indicadores Econômicos Fee*, Porto Alegre, V. 44, N. 3, 2017. Disponível Em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3838>. Acesso Em: 10 Dez. 2023.

- [12]. Oreiro, J. L.; Feijó, C. A. Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos E O Caso Brasileiro. *Brazilian Journal Of Political Economy*, São Paulo, V. 30, N. 2, P. 219-232, Jun. 2010. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Rllpcpdrqvxpj5bskzhqlqx/>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [13]. Tregenna, F. Characterising Deindustrialisation: An Analysis Of Changes In Manufacturing Employment And Output Internationally. *Cambridge Journal Of Economics*, V. 33, N. 3, P. 433-466, 2009. Disponível Em: <https://www.jstor.org/stable/23601756>. Acesso Em: 10 Dez. 2023.
- [14]. Cano, W. A Desindustrialização No Brasil. *Economia & Sociedade*, Campinas, V. 21, N. 4, P. 83-851, 2015. Disponível Em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>. Acesso Em: 06 Dez. 2023.
- [15]. Bresser-Pereira, L. C. Do Antigo Ao Novo Desenvolvimentismo Na América Latina. In: Ocampo, J. A.; Ross, J. (Org.). *Handbook Of Latin American Economics*, Oxford University Press. Oxford: Oxford University Press, 2011. P. 108-129.
- [16]. Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Reflexões Sobre O Novo Desenvolvimentismo Eo Desenvolvimentismo Clássico. *Revista De Economia Política*, V. 36, N. 2, P. 237-265, 2016.
- [17]. Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Nassif, André; Feijó, Carmem. A Reconstrução Da Indústria Brasileira: A Conexão Entre O Regime Macroeconômico Ea Política Industrial. *Revista De Economia Política*, V. 36, N. 3, P. 493-513, 2016.
- [18]. Oreiro, José Luis. A Grande Recessão Brasileira: Diagnóstico E Uma Agenda De Política Econômica. *Estudos Avançados*, V. 31, P. 75-88, 2017.
- [19]. Gala, Paulo; Roncaglia, André. Brasil, Uma Economia Que Não Aprende. *Novas Perspectivas Para Entender Nosso Fracasso*. São Paulo:[Sn], 2020.
- [20]. Curado, M. Industrialização E Desenvolvimento: Uma Análise Do Pensamento Econômico Brasileiro. *Economia E Sociedade*, Campinas, V. 22, N. 3, P. 609-640, Dez. 2013. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Pcqmccsx3myxmzs3hd9dyzt/?format=pdf>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [21]. Curado, Marcelo Luiz; Nascimento, Gabrieli Muchalak. O Governo Dilma: Da Euforia Ao Desencanto. *Revista Paranaense De Desenvolvimento*, V. 36, N. 128, P. 33-48, 2015.
- [22]. Singer, A. Cutucando Onça Com Varas Curtas. O Ensaio Desenvolvimentista No Primeiro Mandato De Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos* 02. Junho 2015.
- [23]. Mello, G.; Rossi, P. Do Industrialismo À Austeridade: A Política Macro Dos Governos Dilma. *Texto Para Discussão*, Jun. 2017. Disponível Em: <https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3538&tp=A>. Acesso Em: 08 Dez. 2023.
- [24]. Biancarelli, André; Rossi, Pedro. A Política Macroeconômica Em Uma Estratégia Social-Desenvolvimentista. *Revista Brasileira De Planejamento E Orçamento*, V. 4, N. 1, P. 21-38, 2014.
- [25]. Bastos, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade Para Quem? A Crise Global Do Capitalismo Neoliberal E As Alternativas No Brasil. *Texto Para Discussão*, V. 257, 2015.
- [26]. Carneiro, Ricardo. Oliveira, Fabrício Augusto De. Governos Lula, Dilma E Temer: Do Espetáculo Do Crescimento Ao Inferno Da Recessão E Da Estagnação. Rio De Janeiro: *Letra Capital*, 2019. *Cadernos Da Escola Do Legislativo*, V. 21, N. 36, P. 163-180, 2019.